

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO BANCÁRIO								
DOCENTE	GABRIELA BORGES SILVA (Estágio Docência) e ANTONIO JOSE MARISTRELLO PORTO (Supervisão)								
CÓDIGO	GRDDIRELE085	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB). Atuação regulatória do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito da coleta, da intermediação e da aplicação de recursos financeiros e de valores mobiliários, assim como a respeito do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Regulação Prudencial e Sistêmica. Crise financeira de 2007-2009. Arquitetura financeira internacional. Resolução (falência) de instituições financeiras. Estratégias e instrumentos para regular novas tecnologias financeiras.								
OBJETIVOS	A disciplina tem por objetivo apresentar ao (à) aluno (a) conceitos teóricos, a função econômica e aspectos práticos da regulação aplicável às instituições financeiras e não financeiras que atuam no SFN. Para tanto, serão analisados os seguintes temas: (i) o conceito de moeda; (ii) o desenvolvimento histórico das instituições financeiras e dos serviços bancários no Brasil e na Europa; (iii) justificativas para regular e as características da regulação do financeiro e, em especial, a regulação sistêmica e prudencial; (iv) modelos de estrutura institucional do mercado financeiro e a estrutura institucional do mercado local; (v) o papel dos bancos centrais; (vi) os serviços bancários e as atividades privadas de instituições financeiras no Brasil; (vii) tipologia das instituições financeiras; (viii) o regime jurídico aplicável a instituições financeiras e às atividades típicas; (ix) o sistema de pagamentos nacional; (x) bancário e proteção à concorrência; (xi) Sigilo Bancário e Proteção de dados; (xii) Inclusão Financeira e o papel da educação financeira para os níveis de endividamento de risco no Brasil; (xiii) Impactos das novas tecnologias no setor bancário: shadow banking, criptomoedas e moedas digitais dos Bancos Centrais.								
METODOLOGIA	A disciplina será ministrada com base no Método Socrático, incentivando a participação crítica dos alunos a partir de perguntas e debates.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.								
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.								
X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.								
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Introdução. Apresentação do curso, da metodologia e dos critérios de avaliação.								
2	Conceito de Moeda e mercado financeiro. História financeira. Bibliografia: FERGUSON, Niall. A Ascensão do Dinheiro: a história financeira do mundo. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2009, pp. 54–65. STRAHERN, Paul. Uma Breve História da Economia. 2001, pp. 39- 60.								
3	Justificativas para regular e as características da regulação do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Intermediação financeira. Falhas de mercado e fatores de instabilidade. Regulação sistêmica e prudencial. Bibliografia: SADDI, Jairo. Crise e Regulação bancária: Navegando Mares Revoltos. São Paulo, Texto Novo, 2001. (Trechos selecionados). PINHEIRO, Armando Castelar e SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. (trechos selecionados)								

4	<p>“Too Big to Fail”? Crise financeira de 2007-2009. Arquitetura financeira internacional. Acordos de Basileia I, II e III. Instituições de Bretton Woods: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Entidades quase públicas (FSB, BCBS, IOSCO, IADI, IAIS).</p> <p>Bibliografia: SALAMA, Bruno. De Onde Viemos. Revista Direito GV, São Paulo 5(2), pp. 325-342, Jul-Dez 2009. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v5n2/03.pdf</p>
5	<p>Estrutura regulatória do Sistema Financeiro Nacional – SFN. Atuação regulatória do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito da coleta, da intermediação e da aplicação de recursos financeiros e de valores mobiliários, como também a respeito do sistema de pagamentos processados no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.</p> <p>Bibliografia: LIMA JUNIOR, J. M. Introdução às instituições financeiras e sua regulação. In: PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio J. Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. (Org.). Direito e economia: diálogos. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, v. 1, p. 253-288.</p>
6	<p>Os serviços bancários e as atividades privativas de instituições financeiras no Brasil. Tipologia das instituições financeiras no Brasil. Regime jurídico aplicável a instituições financeiras e às atividades típicas.</p> <p>Bibliografia: NEVES, Rubia Carneiro. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul. /dez. 2018.</p>
7	<p>Insolvência de Instituições Financeiras: Regimes Jurídicos. Regimes especiais de resolução das instituições financeiras. Padrões internacionais.</p> <p>Bibliografia: TZIRULNIK, Luiz. Intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, pp. 42-50. ARRUDA, Daniel. Mecanismos de segunda geração e o novo standard internacional de regimes especiais bancários. Dissertação de Mestrado em Direito da Regulação (Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas), 2018. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18176 (trechos selecionados)</p>
8	Atividade avaliativa
9	<p>O papel dos Bancos Públicos, em especial, do BNDES</p> <p>Bibliografia: SCHAPIRO, Mario Gomes. Repensando a relação entre estado, direito e desenvolvimento: os limites do paradigma Rule of Law no ambiente financeiro e a prevalência do BNDES no panorama brasileiro. (trechos selecionados)</p>
10	<p>Mercado de pagamentos. Arranjos de pagamentos e os quatro tipos de instituições de pagamento existentes e de que forma a sua regulação se diferencia da regulação de instituições financeiras.</p> <p>Bibliografia: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. Cadernos do CADE: Mercado de Instrumentos de Pagamentos. Departamento de Estudos Econômicos (DEE). Brasília, 2019. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/publicacoes-dee/CadernoMercadodeinstrumentosdepagamento.pdf. (p. 4-18)</p>
11	<p>Bancário e proteção à concorrência</p> <p>Bibliografia: CAMPILONGO, Celso Fernandes, ROCHA, Jean Paul C. Veiga da. MATTOS, Paulo Todescan Lessa. Concorrência e Regulação no Sistema Financeiro. São Paulo: Max Limonad, 2002, pp. 515-548. Podcast Cashless Instituto Propague</p>
12	<p>Sigilo Bancário e Proteção de dados</p> <p>Bibliografia: KOBIE, Nicole. The complicated truth about China’s social credit system. WIRED, 21 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.wired.co.uk/article/china-social-credit-system-explained. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, "Entenda como funciona o novo Cadastro Positivo", 15/04/2019. Disponível em: https://idec.org.br/dicas-e-direitos/entenda-como-funciona-o-novo-cadastro-positivo</p>
13	<p>Inclusão Financeira e o papel da educação financeira para mitigação dos níveis de endividamento de risco no Brasil</p> <p>Bibliografia: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira 2021. (trechos selecionados) Podcast Cashless Instituto Propague</p>
14	Impactos das novas tecnologias no setor bancário: <i>shadow banking</i> , criptomoedas e moedas digitais dos Bancos Centrais
15	Seminário
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	Justiça e Sociedade
	<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologias

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	A avaliação do desempenho dos(as) alunos(as) será feita por meio das seguintes atividades avaliativas: (i) avaliação individual por meio de provas no meio do semestre, que valerá 50% da nota; e (ii) trabalho em grupo no formato de artigo e apresentação de seminário em sala, que valerá 50% da nota final.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito bancário. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005. SALAMA, Bruno. De Onde Viemos. Revista Direito GV, São Paulo 5(2), pp. 325-342, Jul-Dez 2009. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v5n2/03.pdf PINHEIRO, Armando Castelar e SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	LIMA JUNIOR, J. M. Introdução às instituições financeiras e sua regulação. In: PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio J. Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. (Org.). Direito e economia: diálogos. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, v. 1, p. 253-288. SADDI, Jairo. Crise e Regulação bancária: Navegando Mares Revoltos. São Paulo, Texto Novo, 2001. (Trechos selecionados) NEVES, Rubia Carneiro. A caracterização do banco a partir da evolução da legislação brasileira. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n. 73, pp. 701-735, jul. /dez. 2018. CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. Cadernos do CADE: Mercado de Instrumentos de Pagamentos. Departamento de Estudos Econômicos (DEE). Brasília, 2019. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/publicacoes-dee/CadernoMercadodeinstrumentosdepagamento.pdf . (P. 4-18) FERGUSON, Niall. A Ascensão do Dinheiro: a história financeira do mundo. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2009, pp. 54-65.